

RESULTADO DE JULGAMENTO

DISPENSA Nº 028/2024 PROC. Nº 028/2024

O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL – CPSMCAS, em conformidade com Art. 75, inciso XXX – da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Resolução nº. 003 de 20 de novembro de 2023 torna público aos interessados o **RESULTADO DA DISPENSA Nº 028/2024**, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO REFERENTE À MANUTENÇÃO DOS PREDIOS DO CEO REGIONAL DR. FRANCISCO MANSUETO E DA POLICLÍNICA DRA. MARCIA MOREIRA DE MENESES, JUNTO AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL – CPSMCAS.

PESSOA FÍSICA HABILITADA E VENCEDORA: RAQUEL FERNANDES NOGUEIRA, inscrita sob CPF de nº 037.774.293-76, residente a AVENIDA EUSÉBIO DE QUEIROZ, 6085, CENTRO, CEP: 61.760-000, EUSÉBIO-CE, **item único, no valor de R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais)**

Outras informações poderão ser obtidas na Sala do Setor de Licitação, situado a Av. Doca Nogueira, S/N, Centro, na cidade de Pacajus, Ceará, CEP. 62.870-000, no horário das 08h:00 às 12h:00 de segunda a sexta feira.

Pacajus-CE, 08 de abril de 2024.



MARCUS BELLINE NOGUEIRA VASCONCELOS
Agente de Contratação

**JUSTIFICATIVA DA DISPENSA, RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E
JUSTIFICATIVA DO PREÇO
DISPENSA Nº. 028/2024 - PROCESSO Nº. 028/2024**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE **SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO REFERENTE À MANUTENÇÃO DOS PREDIOS** DO CEO REGIONAL DR. FRANCISCO MANSUETO E DA POLICLÍNICA DRA. MARCIA MOREIRA DE MENESES, JUNTO AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL – CPSMCAS.

O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL – CPSMCAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Doca Nogueira, S/N, Centro, na cidade de Pacajus, Ceará, CEP. 62.870-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 12.850.235/0001-51, neste ato representado Sra. AMÁLIA LOPES DE SOUSA, PRESIDENTE - CPSMRCAS, por intermédio do Agente de Contratação, necessita contratar os serviços mencionados no objeto acima mencionado:

1. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA: BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Nota-se que o valor da contratação é inferior ao limite determinado para dispensa de licitação para fornecimento dos itens, e que um processo licitatório seria muito mais oneroso para a Administração Pública. A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório.

Assim sendo atendido o disposto nos artigos 75, inciso II, §2º, 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), apresentamos a presente Justificativa para ratificação.

2. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A vencedora escolhida neste processo para sacramentar a contratação pretendidos, foi: **RAQUEL FERNANDES NOGUEIRA**, inscrita sob CPF de nº 037.774.293-76, residente a AVENIDA EUSÉBIO DE QUEIROZ, 6085, CENTRO, CEP: 61.760-000, EUSÉBIO-CE, que apresentou o **MENOR PREÇO** entre as proposta apresentadas no **item único, no valor de R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais)**

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços as quais seguem anexo as cotações, apresentado preços compatíveis com os praticados no mercado. Bem como foi dado publicidade via aviso de dispensa de licitação na forma prevista no art. 75, § 3º da Lei 14.133/21.

A aquisição disponibilizada pela pessoa jurídica supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço e qualificação técnica.

3. DAS COTAÇÕES E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

No processo em epígrafe, restou comprovado ser o menor preço de mercadopraticado com a Administração.

O valor proposto no menor orçamento enquadra-se no disposto no art. 75, anexo ainda estimativas de despesas, seja pelas cotações anexas nos termos art. 72, inc. II da 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

De acordo com a Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), após a cotação, é optado no presente processo o critério menor preço, conforme critérios de julgamentos previsto no art. 33, inc. I da Lei n.14.133/2021, assim verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que a devida habilitação jurídica, não deixando de se observar a regularidade fiscal. Destacando ainda que encontram-se atendidos ainda o disposto no art. 75 da Lei n.14.133/2021, *in verbis*:

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão se observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 e seguintes, em especial o art. 68 da Lei n.14.133/2021, *in verbis*:

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Resta deixar consignado que a **RAQUEL FERNANDES NOGUEIRA** demonstrou habilmente sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e técnica.

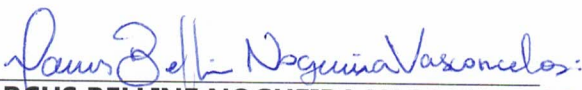
5. CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, é decisão discricionária do Gestor optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Auditoria Interna e Assessoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Assim, submeto a presente justificativa à Sra. AMÁLIA LOPES DE SOUSA, PRESIDENTE - CPSMRCAS nos termos do art. 72, inc. VIII da Lei n. 14.133/2021 e Resolução nº. 003/2023 de 20 de novembro de 2023.

Pacajus-CE, 08 de abril de 2024.


MARCUS BELLINÉ NOGUEIRA VASCONCELOS
Agente de Contratação